

# ATAS

## Ata Número Quatro

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, na Sede da Junta de Freguesia da União de Freguesias, sita em Bagunte, reuniu a Assembleia de Freguesia, sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Amorim Cardoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Antes da Ordem do Dia
  - a) Apreciação e votação da Ata n.º 3 – Quadriénio 2017/2021;
  - b) Outros assuntos.
2. Período da Ordem do Dia
  - a) Apreciação e votação da proposta para autorização da alienação de prédios rústicos (terrenos baldios) pertencentes à União das Freguesias e que não tenham qualquer finalidade ou interesse público;
  - b) Estabelecimento dos símbolos heráldicos, mediante parecer da Comissão de Heráldica;
  - c) Informação do Sr. Presidente da Junta sobre actividade da Junta de Freguesia e sua situação financeira.
3. Período de Depois da Ordem do Dia

O Presidente da Assembleia deu início à reunião. Informou que tinha recebido um pedido de substituição do membro da Assembleia de Freguesia Sr. Carlos José Furtado Ferreira que, estando impossibilitado de estar presente na reunião da assembleia, pediu a substituição pelo seguinte da lista pela qual foi eleito, nos termos da lei. O seguinte da lista disponível para participar na reunião, Sr. Francisco Jesus, foi chamado pelo Presidente da Assembleia a tomar lugar como membro da Assembleia. Não foram registadas outras faltas.

Procedeu-se à leitura da ata nº 3.

A ata foi aprovada com sete votos a favor e duas abstenções.

A Sra. Emília Graça recusou assinar esta ata, devido a não ter estado presente na reunião anterior da assembleia.

O Presidente da Assembleia transmitiu à Assembleia a composição do grupo de trabalho constituído para propor alterações à postura de trânsito das 4 freguesias: Sr. José António Amorim, Sr. Lino Viso, Sr. Francisco Jesus, Sr. Jorge Oliveira, Sr. António Ramalho e Sr. Marco Pereira.

Não tendo havido outros assuntos no período antes da ordem do dia, passou-se ao período da Ordem do Dia, alínea a), apreciação e votação da proposta para autorização da alienação de prédios rústicos (terrenos baldios) pertencentes à União das Freguesias e que não tenham qualquer finalidade ou interesse público.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta que explicou que existem vários terrenos que são propriedade da União de Freguesias, de pequena dimensão, sem capacidade construtiva e de valor comercial reduzido, que se tomam fonte de despesa para a Junta, com a limpeza e manutenção dos mesmos, estando alguns a ser usados para depósito de lixo. Nos termos da lei, a Junta de Freguesia não precisa de aprovação da Assembleia da Freguesia para alienação de bens imóveis com valor até 220 vezes a remuneração mínima garantida. Contudo, por uma questão de transparência, o executivo decidiu trazer o assunto à Assembleia de Freguesia. Os terrenos que se venha a ponderar alienar serão avaliados por um técnico habilitado e a alienação será feita através de hasta pública, sendo que o valor da mesma nunca pode ser inferior ao valor de avaliação definido pelo técnico. Acrescentou que não existe neste momento nenhuma decisão ou proposta concreta, mas existem dois ou três terrenos que estão a dar problemas, daí a ponderação desta possibilidade.

O Sr. Paulo Andrade perguntou quem seria o público alvo desta compra, nomeadamente possíveis confrontantes.

O Presidente da Junta respondeu que se vier a ser decidido alienar algum terreno, a alienação será feita em hasta pública e nessa altura surgirão as propostas de possíveis interessados.

O Sr. António Ramalho questionou se os terrenos poderiam ser aproveitados para depósitos de lixo, para posterior recolha pela Câmara, ou se seriam uma possibilidade para a instalação de etars.

## ATAS

O Presidente da Junta respondeu que já existe recolha de lixo pela Câmara à porta das pessoas. Não é necessário a Junta intervir nesta matéria. Disse ainda que não está prevista nenhuma etar para estes terrenos.

A proposta para autorização da alienação de prédios rústicos (terrenos baldios) pertencentes à União das Freguesias e que não tenham qualquer finalidade ou interesse público foi posta a votação e foi aprovada com sete votos a favor e duas abstenções.

Passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, alínea c), estabelecimento dos símbolos heráldicos, mediante parecer da Comissão de Heráldica.

O Presidente da Junta explicou que este é um trabalho que vem de longa data, após a junção das quatro freguesias, tendo sido agora obtido o parecer da Comissão de Heráldica. Foram apresentados os símbolos heráldicos da União de Freguesias a todos os presentes.

O Sr. António Ramalho disse que se houvesse votação deste ponto abstinha-se, uma vez que não concorda com a união de freguesias e portanto não se pronuncia sobre o símbolo.

O Presidente da Assembleia informou a Assembleia que iria ser feita uma minuta da ata relativa a este ponto do estabelecimento dos símbolos heráldicos para ser enviada às entidades competentes, de forma a concluir o processo o mais rapidamente possível. Nada foi dito em contrário.

Passou-se ao último ponto da ordem do dia, alínea c), informação do Sr. Presidente da Junta sobre actividade da Junta de Freguesia e sua situação financeira.

O Presidente da Junta informou que continuava a colaboração da Junta com as associações locais e a participação nas festas locais e do Município, nomeadamente nas festas de São João. Informou que estava em curso a primeira fase das obras na Urbanização 25 de Abril e que estava a ser feito o acompanhamento do projeto junto da Câmara Municipal. Foi celebrado o

aniversário do Centro de Convívio Sénior. Estava a ser organizada pela Junta de Freguesia a primeira colónia de férias.

A Sra. Emília Graça disse, relativamente à Urbanização 25 de Abril, que a Presidente da Câmara estava oito meses atrasada porque tinha dito que a primeira coisa a fazer no mandato seria esta obra.

O Presidente da Junta respondeu que o projecto que estava a ser elaborado pela Câmara tinha sofrido várias alterações e que estava pronto para poder ser aberto o concurso publico. Informou que no dia 12 de julho seria feita uma sessão pública de esclarecimento e apresentação do projecto de requalificação da Urbanização 25 de Abril. Acrescentou que o projecto seria apresentado aos habitantes e depois à Assembleia de Freguesia. Explicou que foram feitas alterações ao projeto para valorizar o espaço e daí o atraso, que também era da responsabilidade da Junta, porque tinha pedido rectificações ao mesmo. Acrescentou que a primeira fase da obra, colocação de tubos para águas pluviais, tinha sido feita antes a pedido da Junta, para estar concluída antes da construção de uma nova casa e antes do milho. A segunda fase aguarda concurso público.

A Sra. Emília Graça disse que discordava que tivesse sido posta a votação a autorização para alienação de terrenos, sem nada em concreto.

O Sr. António Ramalho, relativamente ao Largo de Santana, disse que a jardinagem não estava pronta e sugeriu que a cor da iluminação fosse uniformizada, sugerindo substituir os candeeiros mais antigos por novos.

O Presidente da Junta respondeu que estava a ser estudada a possibilidade de trocar as atuais lâmpadas para lâmpadas led e confirmou que faltava concluir a jardinagem do Largo, porque estava a aguardar o empreiteiro.

O Sr. Paulo Andrade questionou o executivo sobre o saneamento e a construção de etars.

O Presidente da Junta respondeu que teve reuniões com a Indaqua e com a Câmara Municipal e que estes assuntos foram abordados.

## ATAS

O Sr. Paulo Andrade insistiu que deve ser pedido à Presidente da Câmara um planeamento com datas.

O Presidente da Junta disse que iria haver uma assembleia extraordinária da Câmara para debater água e saneamento

O Sr. António Ramalho disse que não fazia sentido pagar para despejar fossas quando a Indaqua não tinha cumprido a sua parte no contrato. E que deve ser pressionada para cumprir.

Passou-se de seguida ao período depois da ordem do dia.

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos presentes não membros da Assembleia de Freguesia.

O Sr. Fernando Almeida afirmou que a Junta devia limpar e vedar os terrenos e manter o património. Alertou para uma questão relativa à sinalização em Outeiro que cria perigo e fez uma sugestão de alteração, que será avaliada pelo grupo de trabalho para a alteração da postura de trânsito. Sugeriu ainda a adoção de um novo nome para a União de Freguesias, uma vez que o actual é muito longo.

Os Presidentes da Junta e da Assembleia manifestaram concordância relativamente à complexidade e dificuldade de uma alteração deste tipo.

O Presidente da Junta repetiu que não existe neste momento a intenção de alienar um terreno em concreto. Deu o exemplo de um terreno em Outeiro, em que a limpeza vai custar cerca de 700 euros.

O Sr. José António Pereira afirmou que a questão da água e do saneamento era uma fraude e que os executivos e assembleias devem ter uma posição de força e não descurar nada em relação a este assunto.

O Sr. Paulo Andrade disse que se necessário devia ser mobilizada a população para aumentar a pressão.

O Sr. António Ramalho sugeriu alteração do IMI para o mesmo objetivo.

O Sr. Sérgio Moninhas disse que era vergonhoso o despejo de saneamento pelas ruas abaixo.

A Sra. Olinda Moreira observou que o camião de recolha de trastes velhos não passa em algumas ruas. O Presidente da Junta esclareceu que nessas situações a Junta recolhe os trastes velhos e os entrega.

O Sr. José Marques, relativamente ao alargamento da Rua das Pedras, perguntou quando seria reposicionado o poste da eletricidade. O Presidente da Junta respondeu que já tinha sido solicitado à EDP mas que iria ser feito um reforço do pedido.

E nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada e reunião, da qual se lavrou a presente ata, que será aprovada e assinada.

António Carlos

Cidália Belzeiros

José António Capela Amorim

Maria Amélia Pereira e Araújo

Francisco Moreira de Jesus

Santos Filipe de Jesus Araújo

~~António Carlos~~

Emília Braga

Pevo António Pereira de Almeida

# ATAS